

Senado abre processo para investigar Arruda e ACM

■ Punição a senadores, se comprovada fraude, pode ir de advertência à cassação

BRASÍLIA - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado deu início ontem a procedimento de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), por suspeita de envolvimento na operação de violação do painel eletrônico do Senado. A fraude teria ocorrido no dia 28 de junho do ano passado, para permitir acesso aos votos dos senadores no processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

A apuração poderá resultar em advertência, suspensão temporária por 30 dias e até a cassação de mandato dos parlamentares. A situação de Antonio Carlos é mais grave, pois já foi uma vez advertido.

O laudo da Universidade de Campinas (Unicamp) e a acusação da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, que sustentam a violação no sistema de votação, levou a cúpula do conselho de Ética a deixar o tom moderado de lado. "Em seis anos de Senado, esse é o episódio mais grave que presenciei", disse o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS).

O parlamentar espera que as investigações sejam concluídas em ritmo acelerado, cerca de 30 dias, com sessões do conselho às terças e quintas-feiras. Os senadores vão ouvir, na ordem, os técnicos da Unicamp, os funcionários envolvidos e os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. "Não descarto fazer uma acareação entre senadores e funcionários", admitiu o relator do caso no conselho, Saturnino Braga (PSB-RJ).

Ontem, cópias do relatório final da comissão formada por funcio-



Marcia Gouthier

Senador ACM assiste a discurso de José Roberto Arruda

nários do Senado que investigou a suspeita de fraude no sistema de votação foram entregues ao senador Ramez Tebet e ao corregedor-geral da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP). A Corregedoria-Geral decidiu realizar diligências de apoio aos trabalhos do Conselho de Ética. A primeira medida de Tuma será su-

gerir à Mesa do Senado a quebra do sigilo telefônico da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges. A funcionária afirmou que recebeu telefonema do senador José Roberto Arruda, que teria pedido, em nome de Antonio Carlos Magalhães, a lista dos votos da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão.

Romeu Tuma afirmou que pretende fazer uma reconstituição de todos os passos da violação do painel. Atores devem ser convidados a interpretar José Roberto Arruda, Regina Célia Borges e Antonio Carlos Magalhães. "O ideal é que a reconstituição seja feita pelos próprios envolvidos", disse Romeu Tuma. "É preciso reconstituir todos os caminhos, desde o telefonema (entre José Roberto Arruda e Regina Célia) até a atitude tomada pela funcionária", disse Tuma.

O corregedor informou ainda que fará uma acareação entre Regina Célia Borges e Domingos Lamoglia de Sales Dias, assessor de José Roberto Arruda que teria recebido a lista com as informações sobre os votos. "Queremos que ele confirme se levou ou não essa lista", disse Tuma.

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), também recebeu das mãos do primeiro-secretário, Carlos Wilson (PPS-PE), outra cópia do relatório final da comissão administrativa. A entrega do material foi feita na sala em que o Antonio Carlos Magalhães, desafiado de Jader, costumava receber a imprensa no período em que comandou a Casa. "Qualquer juízo de valor deverá ser feito pela Comissão de Ética", disse Jader.

A comissão administrativa concluiu o relatório ouvindo 27 pessoas, entre funcionários do Senado e representantes das empresas contratadas para instalar e manter o sistema de votação, Eliseu Kopp e Panavideo. A análise dos técnicos da Unicamp concluiu que o painel de votação do Senado apresenta vulnerabilidades e falta de segurança. Mas as mudanças introduzidas no sistema para a votação do dia 28 de junho do ano passado não comprovam a adulteração de votos de senadores.